

# O TRABALHO E A RUA

## Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

**Ayrton Fausto**

**Ruben Cervini**

*Organizadores*





**FLACSO**

SEDE BRASIL 15º aniversário  
Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

Conselho Editorial

*Alda Judith Alves-Mazzotti*

*Ayrton Fausto*

*Arno Vogel*

*Daniel Jorge Canó*

*Leopoldo Bartolomé*

*Luis Antônio Cunha*

*Marco Antonio da Silva Mello*

*(Coordenador do Programa  
Editorial)*



*“Os artigos deste texto expressam as opiniões dos seus autores e não necessariamente as do UNICEF, da FLACSO e da UNESCO.”*

## **O TRABALHO E A RUA:**

### **Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**

**Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)**

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

#### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez, 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981  
331.310981

#### **Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

*“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.”*

Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 227, 5.10.1988

# Sumário

Prefácio .....	9
Introdução .....	15

## Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

*Ruben Cervini, Freda Burger*

## Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil. ....	47
---	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência .....	48
--	----

*Ricardo Paes de Barros,  
Rosane S. Pinto de Mendonça*

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

*Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos*

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

*Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos*

## Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80 .....	69
---	----

*Irene Rizzini, Irma Rizzini*

## Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas .....	91
--	----

*Eduardo Juárez*

## Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:  
estrutura e dinâmica familiar .....117

*Alda Judith Alves-Mazzotti*

## Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como  
fascínio e descaminho .....133

*Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello*

## Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise  
psicossociológica da dinâmica familiar em  
condições de pobreza .....151

*Wilson Moura*

## Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política  
social brasileira e  
os problemas de infância e de juventude .....195

*Vilmar Faria*

## Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil  
urbano dos anos 80 .....227

*Ruben Cervini, Freda Burger,  
Lucilene Dias Cordeiro*

# MENINOS DE RUA E MENINOS NA RUA:

Estrutura e dinâmica  
familiar

Alda Judith Alves-Mazzotti\*

*FLACSO/Sede Acadêmica Brasil/UFRJ*



# Capítulo

# 55

## Índice

1. Introdução
  2. Resultados e discussão
- Anexo 1
- Anexo 2

# 1. Introdução

O interesse pela chamada “questão do menor”<sup>1</sup> assume no Brasil crescente relevância a partir da década de 70. Vários fatores parecem ter contribuído para o alargamento da consciência sobre o problema. Em primeiro lugar, é nessa época que a produção estatística para a área social começa a apresentar, em nível internacional, indicadores sociais como forma de identificar a defasagem entre crescimento econômico e acesso aos benefícios sociais. É também nessa época que se acentuam as desigualdades na distribuição de renda, agravando a situação de pobreza de amplas camadas da população. É, ainda, na década de 70 que se acelera o processo inflacionário, acarretando perdas no poder de compra dos salários, o que atinge de modo mais perverso as famílias de mais baixa renda. Diante desse quadro de pauperização, um grande contingente de menores é levado a buscar nas ruas meios de sobrevivência, os quais, se em sua maioria constituem formas de trabalho, incluem também outros tipos de atividades legais e ilegais. A conjugação dos fatores citados, portanto, além de conduzir a um agravamento da situação do menor, lhe confere visibilidade, o que explica a maior preocupação com o problema.

Essa preocupação evidencia-se em um aumento significativo do número de pesquisas sobre essas crianças e adolescentes, notadamente na década de 80. Grande parte desses estudos, entretanto, focaliza o menor trabalhador e toma como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os quais, por serem coletados com objetivos mais amplos, não são suficientes para a identificação de fatores relevantes para a compreensão da situação do menor. Além disso, esses dados tomam, como principal referência, o mercado formal (Silva, Ferreira & Caillaux, 1988), tendo, portanto, utilidade limitada na caracterização do trabalho infantil nas áreas urbanas, que se concentra maciçamente no setor informal (Pires, 1988).

No que se refere às famílias desses menores, as informações disponíveis são bastante escassas, observando-se, também aí, larga predominância de análises baseadas nos Censos e PNADs, as quais, ao se restringirem aos aspectos demográficos, não permitem desvelar toda a complexidade da estrutura e da dinâmica familiar, bem como características sócio-culturais particulares (Silva *et alii*, 1988). É importante assinalar, ainda, que a definição de família adotada pelo Censo e pela PNAD amplia excessivamente esse conceito<sup>2</sup>, o que introduz vieses na interpretação dos resultados

apresentados por esses estudos.

Apesar das limitações apontadas, essa literatura sugere algumas características familiares que podem contribuir para a presença do menor na rua. Dentre essas características, destacam-se a extrema pobreza, a condição de migrante e a desagregação familiar — geralmente representada pela ausência do pai, transferindo à mãe o papel de chefe da família.

A segunda metade da década de 80, entretanto, marca uma nova etapa na produção do conhecimento sobre esses menores: várias pesquisas, realizadas em diversas regiões do País, procuram descrever o “perfil” e as condições de vida das crianças e adolescentes encontrados nas ruas dos grandes centros urbanos. Rizzini & Rizzini (ver Capítulo 3 deste livro), comparam os resultados dessas pesquisas e indicam alguns pontos comuns, dentre os quais podemos destacar: (a) vasta predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino (cerca de 90% do total); (b) idades variando entre 7 e 17 anos, com maior concentração na faixa de 11 a 14; (c) grande número de vendedores ambulantes, seguindo-se, como atividades mais comuns, guardadores e lavadores de carros, engraxate e carregador de feira; e (d) existência de uma parcela desses menores, embora francamente minoritária, que recorre, esporádica ou sistematicamente, a atividades marginais que incluem tanto a mendicância como diversas formas de infração (roubo, furto, consumo de drogas e prostituição, entre outras).

Mas, talvez, a maior contribuição desses estudos tenha sido a descoberta de que, ao contrário do que se pensava até então, a grande maioria dos menores encontrados nas ruas não são “abandonados”: se é certo que eles passam a maior parte do seu tempo na rua, ao final de suas geralmente longas jornadas de trabalho retornam ao convívio familiar.

Tais estudos, portanto, se de um lado ampliam o conhecimento sobre o tema, de outro apontam a necessidade de se distinguir menores *na* rua, isto é, aqueles que exercem suas atividades na rua mas vivem com suas famílias, de menores *de* rua, os quais, tendo rompido parcial ou totalmente os vínculos familiares, moram nas ruas, expondo-se, assim, a maiores riscos.

Numa tentativa de reduzir essa ambigüidade, o Encontro de Bogotá, realizado pela UNICEF em 1989, procurou caracterizar o menor *de* rua, distinguindo-o do menor *na* rua, ao qual chamou de “menor em estratégia de sobrevivência”<sup>3</sup>. Uma comparação entre as

---

e/ou moram em um mesmo domicílio, incluindo, assim, pessoas não aparentadas que moram juntas, pessoas que moram sozinhas e famílias propriamente ditas, acrescidas de seus empregados, agregados e pensionistas. Além disso, as informações estão referenciadas ao chefe do domicílio, o que faz com que o código “filho” tanto possa significar filho biológico como adotivo, ou filho de um só cônjuge.

3. Segundo o Encontro de Bogotá, menores de rua são crianças e adolescentes até 18 anos que: (a) habitam zonas urbanas; (b) têm vínculos familiares débeis, quando os têm; (c) desenvolvem habilidades e destrezas de sobrevivência; (d) têm na rua seu hábitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização; e (e) estão expostos a riscos consideráveis e específicos. Já os “menores em estratégia de sobrevivência”, são caracterizados como crianças e adolescentes até 18 anos que: (a) mantêm vínculo familiar; (b) realizam atividades destinadas a garantir seu sustento, que tanto podem estar incluídas na economia formal como na informal ou mesmo marginal; (c) se desenvolvem fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela, onde passam parte ou todo o seu tempo; (d) recebem ou não remuneração, que pode ser em dinheiro, espécie ou serviço; e (e) o que recebem pode ser para si, para seu grupo de referência ou para terceiros.

---

1. O termo “menor” é usado neste trabalho por ser uma denominação mais sintética que inclui crianças e adolescentes de ambos os sexos. Estamos conscientes das conotações pejorativas que podem acompanhar sua utilização, as quais queremos, de início, descartar.

2. Segundo a definição do Censo e da PNAD, famílias são constituídas por aqueles que têm laços de parentesco, dependência econômica

características dos dois grupos indica que as principais diferenças entre eles se referem ao nível de risco a que estão submetidos e à natureza dos vínculos que mantêm com a família.

Cabe então esclarecer algumas questões de extrema relevância para a compreensão da problemática desses menores: o que faz com que, aparentemente enfrentando condições sócio-econômicas igualmente desfavoráveis, algumas crianças permaneçam ligadas a suas famílias, enquanto outras trocam a casa pela rua? Será que existem diferenças na história, estrutura e dinâmica, bem como em condições de vida das famílias desses dois grupos de menores que possam, de alguma forma, contribuir para a manutenção ou a ruptura dos vínculos familiares? Em caso afirmativo, qual a natureza dessas diferenças? Como o conhecimento dessas diferenças pode ser usado para orientar políticas de apoio ao menor, prevenindo a "produção" de meninos de rua?

Essas são as questões de interesse desta pesquisa. Partindo do pressuposto de que o convívio familiar é, em princípio, o ambiente mais adequado ao desenvolvimento psicossocial das crianças, investigamos, em uma vasta gama de aspectos relacionados às famílias de menores *de* rua e de menores que trabalham *na* rua, quais as diferenças que poderiam estar relacionadas à manutenção dos vínculos familiares. Para efeito de comparação, procuramos caracterizar, em cada um desses grupos: (a) quem são os componentes da unidade familiar; (b) qual seu nível de renda; (c) quais as condições do local onde vivem; (d) de onde vieram; (e) qual a estrutura atual da família e por quais transformações passou; (f) como as pessoas se relacionam entre si; (g) como se relacionam com outras pessoas, grupos e instituições; e (h) quais as suas principais preocupações e com quem contam para resolvê-las. Investigamos, ainda, a percepção da família sobre a vida do menor, antes e depois da saída (para o trabalho ou a rua), bem como sobre os motivos que teriam levado à saída.

No que se refere à estrutura e interação no grupo familiar, trabalho e sustento, ouvimos, além da família, o menor, que se pronunciou, ainda, sobre sua vida anterior e posterior à saída e sobre os motivos que o levaram ao trabalho ou ao abandono do convívio familiar. Tal procedimento visou conhecer a perspectiva do menor sobre esses aspectos, além de servir como uma segunda fonte, para efeito de triangulação.

A análise destas questões foi feita através de uma integração das abordagens quantitativa e qualitativa, na qual os dados quantitativos, se de um lado fornecem suporte e orientação à investigação qualitativa, de outro ganham, através desta, maior profundidade e significação. A análise quantitativa, objeto deste capítulo, se baseia em entrevistas com 128 famílias e 128 menores, sendo que, destes, 42 são de rua e os demais, num total de 86, estão distribuídos em quatro subgrupos de menores que trabalham na rua. (A descrição completa da metodologia se encontra no Anexo 1, p. 128)

A parte qualitativa compreende uma análise sócio-antropológica (Capítulo 7) e uma análise psicossocial (Capítulo 6).

## 2. discussão e resultados



A comparação entre famílias de meninos de rua e de meninos trabalhadores foi feita em função de um grande número de variáveis, organizado em sete categorias. Os resultados (ver Tabela no Anexo 2) são analisados a seguir.

### Composição familiar

Os componentes da unidade familiar foram caracterizados segundo os seguintes aspectos: sexo, idade, grau de parentesco com o menor, escolaridade, situação de trabalho e sustento da família.

A distribuição dos componentes da família por sexo indica que os menores de rua, ao contrário dos outros estratos, pertencem a famílias onde há, do ponto de vista demográfico, predominância do sexo feminino, predominância esta que será observada em outros aspectos, como veremos posteriormente. Quanto à idade, observa-se um grande número de crianças e jovens menores de 18 anos em todos os grupos (mais de 50% em todos eles e 57,9% em média), sendo que, destes, a maioria se localiza na faixa entre 7 e 14 anos (31,5% em média). Não há diferenças sensíveis entre os estratos em qualquer das faixas consideradas.

A unidade familiar é basicamente constituída por pais e filhos (87,6%), sendo a presença de parentes pouco significativa (4,2%), assim como a de agregados (7,2%). O número médio de pessoas por unidade familiar varia de 5,4 (em famílias de menores de rua) a 8,2 (vendedores ambulantes e jornaleiros) perfazendo 6,6 em média. Esses números, bastante elevados considerando-se a média brasileira — que, segundo a PNAD 89, se concentra entre 3 e 4 pessoas por família (42,1%) — são, entretanto, característicos das famílias de baixa renda.

Quanto à escolaridade, a faixa de maior concentração para todos os grupos corresponde ao primeiro grau incompleto, o que confirma observações freqüentemente encontradas na literatura educacional da década de 80: atualmente o problema das classes de baixa renda não é tanto o acesso à escola, e sim a permanência. Embora essas populações continuem a confiar na escola como meio de ascensão social, dela vêm sendo expelidas antes de completarem o primeiro grau.

Entre menores de rua encontra-se o maior número de pais (35,7%) e de irmãos (12,4%) analfabetos, percentuais estes bem mais elevados do que os correspondentes aos menores trabalhadores (21,7% e 4,8% respectivamente).

A análise da situação de trabalho dos diversos componentes da unidade familiar indicou que as famílias dos menores de rua se distinguem das demais pelo fato de apresentarem os mais baixos percentuais de pais trabalhando (57,1%), o que não ocorre com as mães, cuja inserção no trabalho (67,9%) supera a média obtida nos demais grupos (61,3%). No extremo oposto situam-se as famílias dos menores trabalhadores dos bairros, os

quais, de um lado, apresentam a maior taxa de atividade no que refere aos pais, mas, de outro, têm o menor percentual de mães trabalhando fora (45,5%). Informações quanto ao sustento da família, obtidas junto à própria família e junto ao menor, ratificam as configurações acima descritas, sugerindo que não se trata de um fenômeno apenas conjuntural: enquanto nas famílias de menores trabalhadores (à exceção das de engraxates, lavadores de carro e catadores de papel) o pai é apontado como principal responsável pelo sustento da unidade familiar, seguindo-se as mães, nas famílias de menores de rua a situação se inverte. O contraste é mais flagrante quando estes são comparados aos menores trabalhadores de bairro, como pode ser observado na Figura 1.

É importante assinalar, também, que o próprio menor foi indicado pela família como principal fonte de sustento da unidade familiar por 14,2% das famílias de engraxates, vigias de carro e catadores de papel e por 20% das de carregadores de feira. Ainda segundo as famílias, 65,2% dos menores trabalhadores contribuem regularmente para o sustento da casa e 27% de modo eventual. Os menores de rua, ao contrário, em sua maioria (78%) não dão qualquer contribuição.

Além de contribuir diretamente para o orçamento familiar, 83,7% dos menores trabalhadores têm responsabilidades referentes a tarefas domésticas, o que constitui um ônus adicional em suas vidas já tão sacrificadas.

Em resumo, no que se refere aos meninos de rua, cabe destacar que a inversão entre mãe e pai, do papel de principal provedor da família, por contrariar dados culturais fortemente arraigados, traz conseqüências não apenas objetivas, mas também subjetivas, para a dinâmica familiar. Entre as objetivas, destaca-se a sobrecarga representada pela dupla jornada de trabalho das mães, restringindo seu convívio com os filhos. Entre as subjetivas, está a transmissão de uma imagem enfraquecida do pai, incapaz de cumprir, a contento, as funções que lhe são atribuídas socialmente.

## Renda *per capita*

Para a estimativa da renda *per capita*, foram feitos dois cálculos. O primeiro seguiu o procedimento tradicional: os rendimentos de todos os componentes da unidade familiar foram somados e divididos pelo número deles. Num segundo cálculo, fez-se o expurgo dos rendimentos dos menores, isto é, calculou-se o somatório da renda dos maiores de 14 anos e dividiu-se pelo total de membros da unidade familiar.

A comparação dos resultados dos dois cálculos — renda total e expurgada — parece confirmar, em parte, a observação feita por Barros & Mendonça (1990) de que, entre as famílias pobres, a renda familiar se apresenta um pouco mais alta exatamente naquelas em que há maior participação dos menores no mercado de trabalho: as famílias dos meninos trabalhadores de bairro, que têm a renda *per capita* mais alta (0,66% do salário-mínimo), são também aquelas que mais contam com a contribuição de menores na composição dessa renda (31,8% do total).

Em todos os grupos, os menores contribuem para o orçamento familiar, até mesmo os menores de rua, em-

bora em menor escala, como seria de se esperar. Considerando-se o conjunto de menores trabalhadores, sua participação representa 20% do total da renda familiar. Tais percentuais certamente não refletem a real contribuição dos menores para a economia familiar, uma vez que não incluem aquela que é dada sob a forma de trabalho, bem como a representada pelas despesas que estes fazem com seu próprio sustento (vestuário, material escolar, refeições na rua, entre outras).

Quanto aos valores da renda *per capita* total, ficam em torno de meio salário-mínimo. Vale lembrar que em 1988, mais de 50% dos menores pertenciam a famílias brasileiras com renda *per capita* abaixo de meio salário-mínimo (IBGE, 1990).

Como pode ser observado na Tabela apresentada no Anexo 2, as famílias de meninos de rua não são as mais pobres, mesmo quando se inclui a contribuição dos menores, parcela bem mais relevante no caso dos menores trabalhadores. Se considerarmos a renda expurgada, a média das famílias de menores trabalhadores baixa para 0,44%, enquanto a de menores de rua passa para 0,51%, só superada pela dos carregadores de feira. A renda familiar, portanto, não constitui fator relevante para a distinção entre menores de rua e menores trabalhadores. Cabe ainda esclarecer que o cálculo dos desvios-padrão indica que as famílias dos menores de rua são aquelas que apresentam maior variabilidade em termos de renda.

## Hábitat

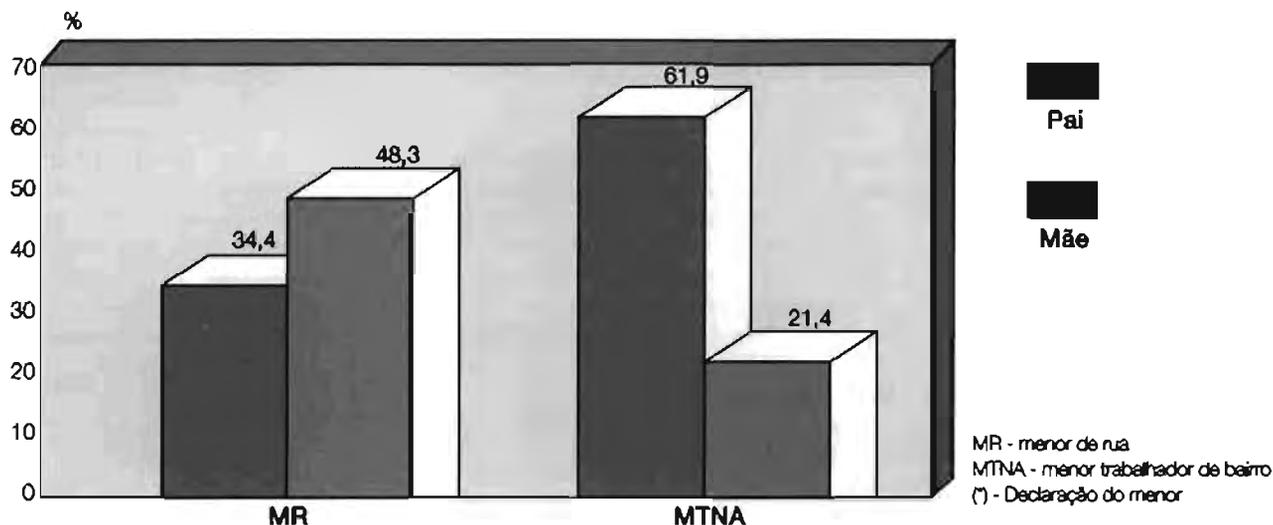
Na categoria hábitat procurou-se colher informações que pudessem lançar alguma luz sobre as condições de vida a que essas famílias estão submetidas. As seguintes variáveis foram investigadas: situação de moradia, área aproximada, número de cômodos, número de moradores, tipo de construção, condições gerais de ordem e higiene, e infraestrutura existente na área.

No que se refere à situação de sua moradia, 65,8% das famílias declararam-se proprietárias o que parece surpreendente, dada a faixa de renda em que se encontram. Esse percentual, entretanto, é ainda menor, embora bem próximo, do que os encontrados por Pires (1988) e por Haguette (1982) em pesquisas com populações de nível de renda semelhante: 72,5% e 72,7%, respectivamente. Uma explicação para esses resultados é apontada por Faleiros (1988): os moradores de "invasão" se sentem proprietários de suas casas, já que, na maioria das vezes, se apropriam dos terrenos e não das casas, que eles mesmos constroem. No caso de Goiânia, entretanto, a situação é um tanto diversa. Os governos estadual e municipal adotaram uma política de regulamentação das invasões, através da desapropriação, demarcação, urbanização e legalização de posse das áreas invadidas. É, portanto, provável que a grande maioria dos que se declaram proprietários, de fato o seja.

A maior parte das residências (74,6%) se situa na faixa de até 50m<sup>2</sup>, sendo que, destas, cerca de um terço (31,4%) têm 20m<sup>2</sup> ou menos. As famílias dos menores de rua são aquelas que têm o maior percentual de unidades vivendo em casas de maior área: 33,4% têm mais de 50m<sup>2</sup> (contra apenas 19,6%, em média, nas famílias de menores trabalhadores), embora a maioria (66,6%) viva em ca-

Fig. 1

### Principal responsável pelo sustento da família\*



sas de menos de 50m<sup>2</sup>. Tal fato provavelmente se explica pela variabilidade observada na renda desse grupo.

As residências variam entre 1 e 9 cômodos, com predominância (60,8%) das que possuem de 2 a 4 cômodos. Se considerarmos que os cômodos mais comuns nas residências de famílias dessas populações são dormitórios, a sala (geralmente reversível), a cozinha e, às vezes, o banheiro (Haguette, 1982), é de se supor que essas casas tenham no máximo 2 quartos. O número de moradores por domicílio varia de 1 a 12 pessoas. A maioria das unidades familiares (67,5%) é constituída por grupos de 5 a 8 pessoas, com maior concentração entre 6 e 7 pessoas (40,3%).

As famílias de menores de rua apresentam o maior percentual de unidades familiares pequenas, entre 1 e 4 moradores (45,9%), o que pode ser explicado, em parte, pelo fato de terem essas famílias pelo menos um e, em 50% dos casos, mais de um dos filhos morando na rua.

Quanto ao tipo de construção, 89,3% das moradias são de alvenaria ou madeira, sendo apenas 10,7% improvisadas com tábuas, zinco, papelão ou uma mistura desses ou outros materiais não originariamente destinados à construção. Segundo avaliação dos entrevistados, 47,1% das casas apresentam boas condições de ordem e higiene, 38% condições razoáveis e apenas 14,9% condições insatisfatórias.

No que se refere à infra-estrutura disponível no local de moradia, 46,5% das famílias contam com água da rede pública, e as demais utilizam-se de água de cisterna. Todas as famílias consultadas, exceto uma, de menor de rua, têm energia elétrica em suas casas. Quanto à rede de esgotos, porém, o quadro é bem diverso: apenas 32,3% das famílias contam com esse serviço.

Em resumo, no que se refere ao hábitat, o panorama aqui descrito parece bem menos dramático do que o que enfrentam as famílias de baixa renda nas grandes cidades do País. A maioria das famílias é proprietária de suas casas, estas não são construídas de modo tão precário, as condições de ordem e higiene são de boas

razoáveis na maior parte das moradias e, quanto à infra-estrutura, apenas a rede de esgotos deixa muito a desejar. O principal problema se situa no espaço físico, uma constante na caracterização das condições de vida das famílias de baixa renda nas áreas urbanas.

Quanto à distinção entre menores de rua e menores trabalhadores, as condições de vida observadas em suas respectivas famílias não apresentam diferenças relevantes.

## Migrações

A condição de migrante, freqüentemente associada a famílias de menores subempregados e de rua, se evidencia em todos os grupos pesquisados (76,4% em média), chegando a 100% no grupo de engraxates, vigias de carro e catadores de papel. Não se observam diferenças entre as famílias de menores de rua e de menores trabalhadores quanto a essa condição.

Quanto à relação entre migração e desemprego, contestada por Pires (1988) com base em dados dos Censos de 60 e 70, parece ser confirmada pelos resultados obtidos neste estudo: as famílias dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, que são 100% migrantes (28,6% migrados de outro município e 71,4% de outro estado), têm também o maior índice de desemprego (24,7%), enquanto as famílias dos meninos trabalhadores de bairros, que têm a menor percentagem de migrantes de outros estados, têm também a maior taxa de emprego (64,6%).

## Estrutura e estabilidade familiar

No que se refere à estrutura familiar, procurou-se investigar aspectos que trouxessem informações, não

apenas sobre suas características atuais, mas também sobre sua trajetória. Assim, os dados sobre o tipo de família descrevem, além da família do menor, a de seu pai e de sua mãe. Descreve-se, ainda, o tipo e estabilidade do vínculo do casal.

As informações sobre o tipo em que se enquadra a família atual foram obtidas junto à família e junto ao menor. Essas informações indicam um grande número de famílias desfeitas (definidas como aquelas em que se observa a ausência do pai ou da mãe biológicos) em todos os grupos. Segundo a visão dos menores, o grupo que apresenta maior percentual de famílias desfeitas é o dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, seguindo-se o de menores de rua, enquanto o menor percentual corresponde aos menores trabalhadores de bairro. Esses resultados são apresentados na Figura 2.

Os dados ilustrados na Figura 2 parecem confirmar a equação perversa, tantas vezes citada na literatura, entre migração, desemprego e dissolução da família: entre os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, cujas famílias são todas migrantes e apresentam o maior índice de desemprego, é que se observa maior percentual de famílias desfeitas; por outro lado, no grupo de famílias de menores trabalhadores dos bairros, onde há poucos migrantes e a taxa de inserção no mercado de trabalho é a mais alta, encontra-se o menor índice de famílias desfeitas, entre todos os grupos considerados.

Os dados obtidos confirmam, também, as conclusões de Silva *et alii* (1988), segundo as quais há, entre as famílias de baixa renda, uma grande incidência de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos, uma vez que o elemento ausente é tipicamente o pai e, em 28,5% dos casos, esse lugar não foi preenchido por um novo companheiro.

Entre as famílias ancestrais, porém, as de tipo nuclear (pai, mãe e filhos) ou ampliada (pai, mãe, filhos e parentes) predominam em todos os grupos (63,7% do lado paterno e 67,7% do lado materno), o que afasta a hipótese de uma história de "desagregação familiar". Estes resultados são bastante semelhantes aos obtidos por Juarez (ver Capítulo 4 desta publicação) que, trabalhando com populações comparáveis, encontrou entre os ancestrais imediatos 64,9% de famílias nucleares completas.

Quanto ao tipo de vínculo do casal, nas famílias dos menores trabalhadores, 52,3% são casados e 25,7% moram juntos sem casamento. Essas uniões, porém, parecem apresentar uma certa estabilidade: 82,4%, em média, têm 5 anos ou mais, 57,1% dos casais vivem sua primeira união e 34,1%, a segunda. Nas famílias de meninos de rua, as uniões são menos estáveis (apenas 60% delas têm 5 anos ou mais) e 19,5% das mães declararam nunca ter tido qualquer ligação estável.

Tomados em conjunto, esses dados não oferecem apoio para a visão estereotipada encontrada, tanto no imaginário social, como em algumas produções acadêmicas, sobre o ambiente familiar desses menores: famílias tipicamente "desagregadas" nas quais as mães trocam constantemente de parceiros, impondo essa situação aos filhos. É certo que existe um grande número de uniões desfeitas, mas isto poder ser, em parte, explicado pelas vicissitudes que a vida impõe a essas famílias. Além disso, o quadro aqui descrito não difere substancialmente do que é encontrado em famílias de classes mais favorecidas.

Finalmente, a comparação entre as características observadas nas famílias dos menores de rua e de diferentes subgrupos de menores trabalhadores indica duas configurações bem distintas: de um lado, os menores de rua e o grupo dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, com maior grau de desestruturação familiar, e, de outro, os trabalhadores de bairro e os jornaleiros e vendedores ambulantes, apresentando famílias mais estruturadas. Tais configurações podem ser sugestivas, uma vez que os dois primeiros grupos são aqueles que ficam mais "soltos" na rua. Por outro lado, os jornaleiros e ambulantes, por estarem (no caso dos menores incluídos neste estudo), mais circunscritos aos terminais rodoviários, e os trabalhadores de bairro, por exercerem suas atividades em locais mais pacatos e geralmente próximos de suas residências, estão menos fora de controle.

## Interação familiar

Na categoria interação no grupo familiar são analisados alguns indicadores de poder decisório, de comunicação e de solidariedade entre os membros da família. Para o levantamento desses dados foram ouvidos também os menores. No caso dos menores de rua, as informações referem-se ao período anterior à sua saída de casa.

Em relação à educação do menor, o poder decisório está fortemente concentrado nas mães, em todos os grupos considerados (71,9%, em média, segundo as famílias, e 63,1%, segundo os menores), o que segue o padrão dominante em nossa cultura. Embora não haja grandes diferenças entre os grupos, é entre os menores de rua que o pai detém menor poder decisório. Mas há aqui mais um dado que nos parece revelador: este foi o único grupo em que, tanto as famílias como os próprios meninos, declarou não saber quem decidia sobre a educação do menor, o que revela ou ambigüidade, ou ausência de controle sobre o filho.

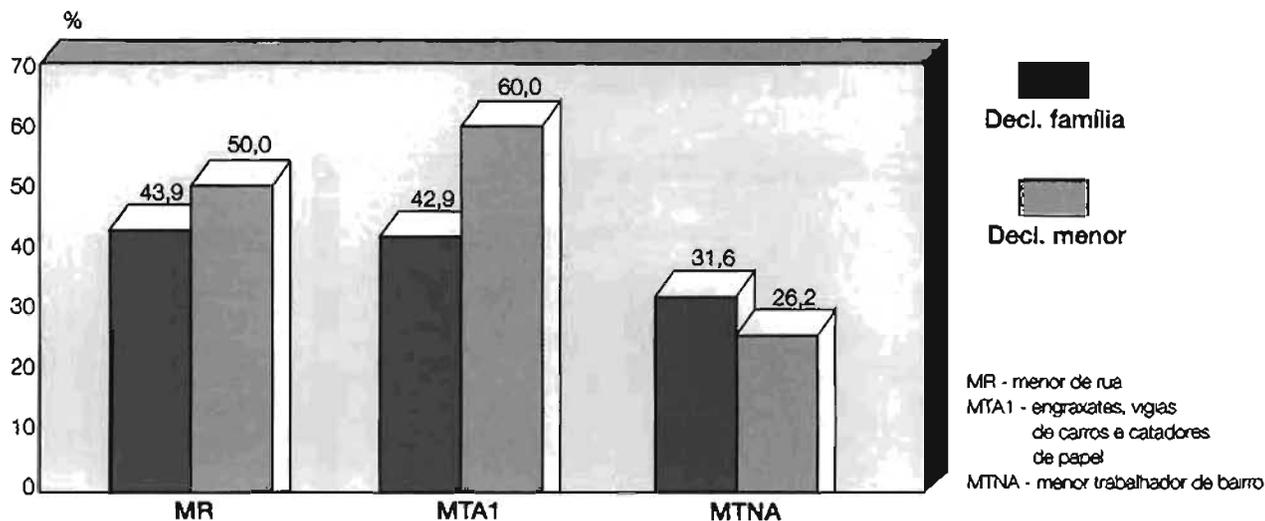
Quanto ao destino do dinheiro ganho pelo menor, novamente o poder decisório se concentra nas mães (61,1% segundo as famílias e 50% segundo o menor) e também, novamente, nas famílias de meninos de rua observa-se o mais baixo grau de poder decisório dos pais, embora haja discordância entre a opinião dos menores (21,1%) e a das famílias (5,1%).

Além de decidir sobre a educação e o destino do dinheiro ganho pelos filhos, as mães aparecem, em todos os grupos, como principais responsáveis pela punição dos menores, tanto na percepção destes (55,3%), como na das famílias (69,5%). No que se refere aos menores de rua, em comparação com os menores trabalhadores, os pais, se por um lado são os que detêm menos poder, por outro são mais punitivos, aspecto em que ambas as fontes de informação estão de acordo.

O tipo de "corretivo" mais comum, segundo as famílias, é o verbal (65,5%), predominando sobre os castigos corporais (29%). Essa visão é corroborada pelos menores de todos os grupos, exceto pelos menores de rua que, em franco desacordo com o que declararam suas famílias (39%), indicam uma alta incidência de castigos corporais (62,5%).

Fig. 2

## Famílias desfeitas segundo declaração da família e do menor



À medida que se analisam outros aspectos da dinâmica familiar, como comunicação, confiança e ajuda mútua, a figura do pai vai assumindo, cada vez mais, um plano secundário em relação às mães, em todos os grupos investigados: conversa muito menos com o menor, ajuda-o muito menos, e merece muito menos a sua confiança. Considerando-se a subjetividade desses aspectos, é interessante observar que há um alto grau de concordância entre o julgamento das famílias e as respostas dos menores, o que atesta a fidedignidade dos dados mencionados.

Poder-se-ia argumentar que tal configuração não seria específica das famílias desses menores, uma vez que, tradicionalmente, os pais, em função de seu envolvimento no trabalho, têm menos tempo para dedicar aos filhos, cabendo às mães esse papel. Entretanto, dois argumentos podem ser contrapostos a este. Em primeiro lugar, estas não são famílias "típicas", são famílias nas quais as mães apresentam altas taxas de atividade, assumindo, muitas vezes, o papel de principal provedor, em substituição aos pais. Além disso, mesmo admitindo uma menor disponibilidade de tempo dos pais, isto poderia, quando muito, explicar a menor frequência de conversas com os filhos, mas dificilmente seria explicação suficiente para os dois outros aspectos, uma vez que percepções e sentimentos referentes à ajuda e à confiança são altamente subjetivos e pouco dependentes de tempo objetivo.

Entretanto, se, em todos os grupos, o pai aparece como uma figura apagada, nas famílias de menores de rua ela praticamente se esvai. Aqui, apenas 2,6% dos pais, segundo as famílias, e 5,1% segundo os menores, são apontados como a pessoa que mais conversa com o filho. Já as mães são apontadas por 43,6% deles e os irmãos por 10,3%. Quanto à pessoa que mais o ajuda, os pais ficam com apenas 5,3% das escolhas, enquanto as mães ficam com 44,7%. E apenas um dos menores de rua apontou o pai como a pessoa em quem mais confia. Os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, mais uma vez, estão mais próximos dos menores de rua do que dos ou-

tros meninos trabalhadores: nenhum deles declarou ser o pai a pessoa em quem mais confia. A Figura 3 compara os menores de rua à média obtida entre os grupos de menores trabalhadores, no que se refere a esses três aspectos.

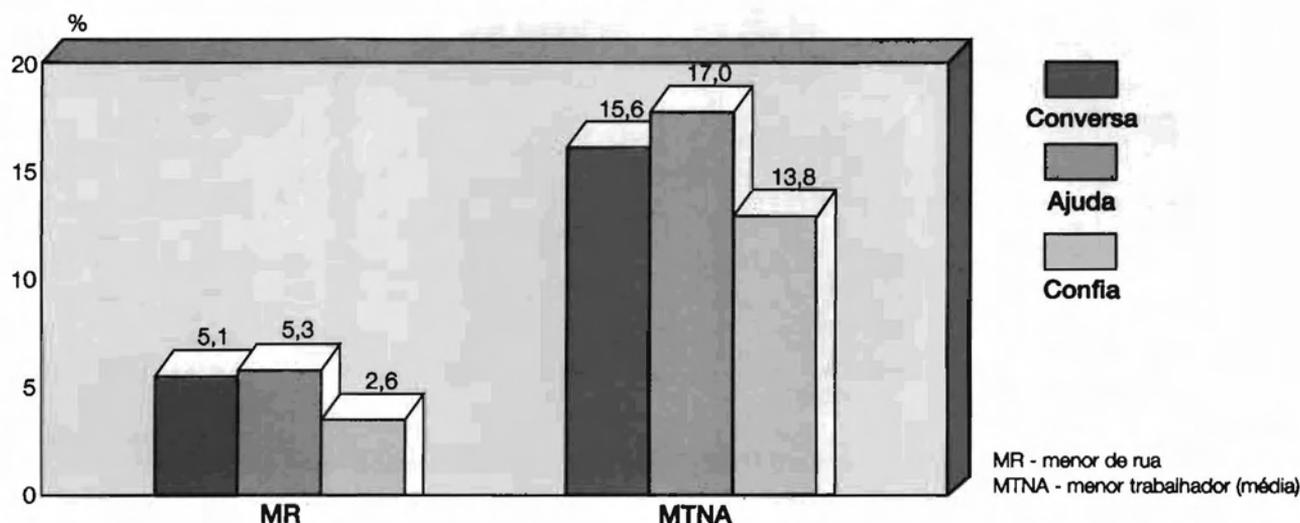
Em resposta a perguntas específicas sobre a qualidade de seus relacionamentos no grupo familiar antes de sua saída de casa, 75% dos menores de rua afirmam terem tido uma relação difícil ou inexistente com o pai biológico. Destes, cerca de 20% não conheceram seus pais. Este padrão de relacionamento os distingue ainda mais do conjunto de menores trabalhadores, 50,7% dos quais consideram normal sua relação com o pai. Os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, entretanto, são novamente uma exceção, seguindo padrão muito semelhante ao observado entre os menores de rua.

Já o relacionamento com as mães se apresenta bem melhor do que o referente aos pais em todos os grupos, embora os menores de rua revelem maior grau de dificuldade (67,5% o consideram normal, enquanto a média correspondente aos menores trabalhadores é de 86,1%). Quadro semelhante se observa com relação aos irmãos (66,7% dos menores de rua consideram normal o seu relacionamento com os irmãos, enquanto a média para os menores trabalhadores é 91,2%) e com relação a outras crianças e adolescentes da vizinhança (67,7%). Quanto a estas, vários menores de rua, assim como os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, declaram não manter com elas nenhum relacionamento.

Considerando-se todos os dados sobre relacionamentos do menor na família e na vizinhança, conclui-se que o menino de rua parece enfrentar maiores dificuldades de ordem interpessoal do que os menores trabalhadores. A dificuldade percebida por esses menores e por suas famílias em seu relacionamento com o pai é, entretanto, aquela que assume maiores proporções, o que vem confirmar aspectos negativos desse relacionamento, anteriormente mencionados.

Fig. 3

Freqüência com que o pai é apontado pelo menor como a pessoa com quem mais conversa, que mais o ajuda e em quem confia



## Vínculos externos da família

Como um dado adicional à caracterização da dinâmica familiar, procuramos investigar que ramificações externas a família estabelece. Em todos os grupos pesquisados verifica-se que o principal vínculo externo da maioria das famílias é com parentes (61,7%), seguindo-se os vizinhos (19,1%) e os amigos (15,2%).

Observa-se também que de um modo geral, a capacidade de organização e de engajamento dessas famílias é praticamente nula: apenas uma delas declarou ter algum tipo de relação com a associação de bairro e nenhuma tem vínculos com partidos políticos ou organizações sindicais.

Comparando-se as famílias de menores de rua e de menores trabalhadores, verifica-se que as primeiras são as que menos priorizam os relacionamentos com parentes (15,5%) e, por outro lado, são as que mais freqüentemente elegem amigos como seu principal vínculo (33,3%), o que pode sugerir menor valorização dos laços familiares.

Procurou-se, finalmente, saber se, além do menor entrevistado, havia outros na família na mesma condição (na rua ou trabalhando). Em todos os grupos, mais de 50% responderam afirmativamente, o que sugere forte influência das configurações familiares no encaminhamento do menor ao trabalho ou à rua.

Em resumo, a análise da dinâmica familiar parece indicar distinções relevantes na caracterização das famílias de menores de rua e menores trabalhadores. Entre estas, destacam-se: maiores dificuldades de relacionamento dos menores de rua com suas famílias, notadamente com o pai, e maior desvalorização da figura paterna, em todos os aspectos considerados.

## Áreas de preocupação e apoio nas dificuldades

Agregando-se os dados referentes a todos os grupos de menores trabalhadores, verifica-se que a principal preocupação manifestada pelas famílias é com a educação dos filhos (29,5%) — o que, mais uma vez, ratifica a confiança das famílias de baixa renda na educação como meio de ascensão social — seguindo-se o emprego (24,3%).

No caso específico dos menores de rua, as preocupações das famílias seguem outro padrão, prevalecendo a segurança (29,6%) e os relacionamentos (22,2%). Nota-se, ao mesmo tempo, pouca preocupação com a educação (11,1%) e com o trabalho (7,4%). Tais resultados sugerem que, se por um lado as famílias parecem estar conscientes dos riscos que ameaçam esses menores e da contribuição das dificuldades no relacionamento familiar para a atual situação do menor, por outro, não valorizam as alternativas possíveis a essa situação.

Quanto ao apoio com o qual a família conta em suas dificuldades, observa-se que, seja qual for o grupo considerado, esse apoio reside basicamente na própria unidade familiar (60% dos casos) e, subsidiariamente, em outros parentes (13,8%). As famílias, de um modo geral, confiam muito pouco em instituições religiosas (5,2%) e governamentais (0,2%).

Curiosamente, as famílias de menores de rua são aquelas que mais freqüentemente indicam o núcleo familiar como apoio para dificuldades (71,8). Tal fato, considerando-se respostas anteriores referentes à interação familiar e aos vínculos externos dessas famílias, parece refletir mais uma sensação de não ter mais com quem contar, do que um indicio de coesão intrafamiliar.

## Fase posterior à saída (para a rua ou o trabalho)

Procurou-se inicialmente investigar a relação entre a saída para o trabalho ou a rua e a interrupção dos estudos. Aqui, segundo as famílias, 57,5% dos meninos de rua já haviam abandonado a escola antes de ir para a rua, 25% a deixaram ao sair e 12,5% depois da saída. Apenas os engraxates, vigias de carro e catadores de papel apresentam padrão semelhante: 30,8% já estavam fora da escola ao iniciarem o trabalho e 15,4% a abandonaram depois da saída.

Esses dados indicam uma clara relação entre evasão escolar e a condição de menino de rua, uma vez que, para um número significativo deles, a evasão antecede à saída para a rua, o que não ocorre com os menores trabalhadores. Entre estes, a percentagem dos que abandonaram a escola para trabalhar, ou por estarem trabalhando é bastante reduzida em todos os subgrupos, sendo que todos os jornaleiros e vendedores continuam estudando, fato este que merece uma explicação: a Fundação de Promoção Social de Goiânia, que funcionou como intermediária na contratação desses menores, exige dos empregadores que a jornada de trabalho não ultrapasse quatro horas diárias e, dos pais, que mantenham os filhos na escola. De qualquer forma, entre os menores trabalhadores de bairro, que não são atendidos pela FPS, o percentual dos que continuam a estudar é surpreendente (cerca de 90%), considerando-se os resultados de estudos anteriores sobre o trabalho do menor.

Quanto à natureza das dificuldades encontradas pelo menor na escola, todos os respondentes afirmam serem estas principalmente de aprendizagem, exceto no caso dos meninos de rua, entre os quais predominam os problemas de comportamento. Tais informações parecem confirmar a maior dificuldade apresentada pelos meninos de rua na área pessoal/social, já observada nas interações com a família e os vizinhos.

Após a saída de casa, a maioria dos meninos de rua continua a ter algum tipo de contato com a família: segundo as famílias, apenas 17,1% não têm qualquer contato, embora a maior parte deles (46,3%) mantenha apenas contatos eventuais.

A comparação entre o relacionamento com os pais antes e depois da saída (para a rua ou o trabalho) indica uma nítida diferença entre os meninos trabalhadores e os de rua: enquanto para 26,3% das famílias destes o relacionamento piorou, isto só ocorre em 8,7% das famílias de menores trabalhadores. Tais resultados não surpreendem, uma vez que, para os menores trabalhadores, o fato de ganharem seu próprio dinheiro e poderem, mesmo eventual ou indiretamente, contribuir para o orçamento familiar, tende a melhorar seu *status* na família, o que não ocorre com os menores de rua.

É interessante destacar, ainda, que enquanto apenas 23,7% das famílias dos menores de rua consideram que o relacionamento tenha melhorado, 51,3% dos meninos têm essa opinião. Considerando-se as dificuldades de relacionamento e a frequência de castigos corporais revelados pelos depoimentos dos menores,

é compreensível que o afastamento, aliviando tensões e conflitos, faça com que eles vejam o relacionamento atual como melhor que o anterior.

## Considerações finais

A análise global dos resultados deste estudo indica que três ordens de fatores se conjugam no processo de “produção de meninos de rua”: os sócio-econômicos, os familiares e os individuais.

Embora não tenham sido encontradas diferenças entre menores trabalhadores e menores de rua no que se refere à renda familiar e às condições de vida, isto não quer dizer que esses fatores devam ser subestimados na configuração geral da situação dos meninos de rua, na medida em que a quase totalidade das famílias deste grupo se situa, como as demais, numa faixa de extrema pobreza (renda *per capita* em torno de meio salário-mínimo). Cabe lembrar, ainda, que as imensas desigualdades na distribuição de renda e no acesso às possibilidades de ascensão social que caracterizam a sociedade brasileira afetam profundamente, tanto as relações familiares como os destinos individuais. É necessário, portanto, ter em mente que a ênfase nos fatores intra-familiares não exclui a contribuição dos fatores sócio-econômicos, nem tampouco a responsabilidade social frente às condições de vida adversas impostas a essas famílias e a seus filhos.

Quanto às diferenças encontradas na comparação entre famílias de menores de rua e de menores trabalhadores, alguns aspectos parecem significativos para a compreensão do processo de esfacelamento dos vínculos familiares que ocorre com os meninos de rua. Observamos que, neste grupo, cerca de 1/5 dos menores nunca conviveu com o pai. Estando ou não o pai presente, é nessas famílias que a mãe assume mais frequentemente o papel de principal responsável pelo sustento da família. É também nessas famílias que se encontra a maior incidência de pais analfabetos, desempregados e com menor poder decisório. É, ainda, entre os meninos de rua, que a comunicação com o pai, a sensação de contar com a sua ajuda e a confiança nele depositada atingem níveis mais baixos. Finalmente, são eles que admitem maiores dificuldades de relacionamento com os pais — os quais são apontados como os mais punitivos — e os que mais denunciam a utilização de castigos corporais.

Estas características compõem uma imagem de pai despreparado e impotente para enfrentar as dificuldades da vida e as responsabilidades para com a família, imagem esta que, aliada ao distanciamento afetivo, o tornam um modelo indesejável de identificação para os filhos. As conseqüências negativas de tal situação para o processo de socialização da criança foram apontadas em estudo clássico de Bandura & Walters (1959), e evidenciadas em inúmeras pesquisas. Dentre estas, cabe destacar a de Glueck & Glueck (1974), pela impressionante similaridade entre a configuração familiar por eles descrita e os resultados obtidos nesta pesquisa. Esses autores alertam, ainda, para o fato de que a desqualificação da figura paterna como modelo de identificação tende a abrir caminho à marginalidade. Em vista disso, o traba-

lho junto aos meninos de rua, bem como a outros menores com situação familiar semelhante, deve incluir a preocupação com o oferecimento de modelos alternativos com os quais eles possam se identificar.

Além desses aspectos referentes à estrutura e à dinâmica familiar, os menores de rua se distinguem dos menores trabalhadores por apresentarem maiores dificuldades no nível individual. Suas dificuldades de relacionamento não se referem apenas aos pais, mas também às mães, aos irmãos e a outras crianças da vizinhança. E é entre eles que prevalecem os problemas de comportamento na escola, da qual se evadiram (ou foram expulso) antes de ganharem as ruas.

Assim, podemos concluir que, por um lado, as características socioeconômicas, familiares e individuais apontadas favorecem a "produção de meninos de rua", mas por outro, diferenças intragrupo, bem como certas semelhanças intergrupos indicam que é a conjugação dessas características que detém o maior potencial explicativo.

No que se refere aos subgrupos de menores trabalhadores, a preocupação preventiva que norteou o estudo nos leva a analisar algumas semelhanças e diferenças entre eles —, associando-as aos riscos a que esses menores estão expostos. Cloward & Ohlin (1960) assinalam que, à semelhança do que ocorre com os meios legítimos de participação social e econômica, o acesso aos meios ilegítimos é também diferencialmente distribuído. Em outras palavras, a subcultura da marginalidade é uma organização social complexa, na qual, para poder participar, o indivíduo precisa ter acesso a um ambiente de aprendizagem e, uma vez treinado, tem que ser autorizado pelo grupo a desempenhar seu papel.

No caso presente, esse ambiente de aprendizagem é a rua. E quanto maior o nível de exposição e o tempo de permanência na rua, maiores os riscos de "treinamento". Dados referentes aos diferentes subgrupos incluídos neste estudo parecem sugerir uma relação entre características da estrutura e da dinâmica familiar e nível de exposição do menor à rua. Assim, os jornaleiros e vendedores, que desenvolvem suas atividades nos terminais rodoviários, e os meninos que trabalham nos bairros, não apenas por ocuparem um espaço mais

delimitado geograficamente, mas também por estarem, em sua quase totalidade, freqüentando a escola, ficam mais afastados dos riscos da rua. E são justamente estes grupos que apresentam maior grau de estruturação familiar, onde pai e mãe desempenham papéis mais compatíveis com os dados culturais e onde os relacionamentos entre os membros da família são mais fáceis. Os menores de rua e os engraxates, catadores de papel e vigias de carro, ao contrário, são os grupos de maior exposição e permanência na rua, e são também aqueles cujas famílias apresentam maior grau de menor estruturação, onde a mãe é mais onerada com múltiplas atribuições, onde a figura paterna é mais desvalorizada e os relacionamentos são mais difíceis.

Essas relações, embora devam ser vistas com cautela — e certamente mereçam maior aprofundamento — não devem ser obra do acaso. Elas parecem refletir diferentes níveis de cuidado e controle, com relação à vida do menor, por parte desses grupos de famílias.

Finalmente, os resultados deste estudo sugerem que as políticas que se ocupam da questão do menor devem centralizar seus esforços em dois aspectos: a prevenção da evasão escolar e o apoio à famílias. O atendimento do preceito constitucional de universalização da escolaridade básica, além de poder abrir melhores perspectivas de trabalho para o menor, afasta-o das ruas no mínimo até a idade de 14 anos. Não basta, entretanto garantir o acesso à escola, uma vez que, como vimos, a quase totalidade dos menores passou por ela. É preciso estimular a permanência, o que só será conseguido quando a escola estiver capacitada para lidar adequadamente com as dificuldades vividas pelas crianças da pobreza, instrumentalizando-as na busca de melhores condições de vida.

Quanto ao trabalho com as famílias, deve ter também um caráter eminentemente preventivo, baseado em uma compreensão mais profunda de aspectos relevantes da dinâmica familiar, aqui apenas delineados. Especial atenção deve ser dada às famílias dos menores que trabalham por longos períodos nas ruas, em locais distantes de suas casas, por serem os mais desprotegidos e mais expostos ao "treinamento" na subcultura da marginalidade.

# Referências Bibliográficas

- BANDURA A. & WALTERS, R. (1959). *Adolescent aggression*. New York: The Ronald Press Company.
- BARROS, R. P. & MENDONÇA, R. S. P. (1990). *Infância e adolescência no Brasil: as conseqüências da pobreza, diferenciadas por gênero, faixa etária e região de residência*. Rio de Janeiro: PEA (mimeo.).
- CLOWARD, R. A. & OHLIN, L. (1960). *Delinquency and opportunity*. Glencoe: The Free Press.
- FALEIROS, V. (1988). *Política, sociedade, família e criança*. Brasília: UnB (mimeo.).
- GLUECK, S. & GLUECK E. (1974). *Of delinquency and crime*. Springfield: Charles C. Thomas.
- HAGUETTE, T.M.F. (1982). *O mito das estratégias de sobrevivência: um estudo sobre o trabalhador urbano e sua família*. Fortaleza: UFCe.
- IBGE. (1990). *Síntese de indicadores da pesquisa básica da PNDA de 1981 a 1989*. Rio de Janeiro: IBGE.
- PIRES, J. M. (1988). *Trabalho infantil: a necessidade e a persistência*. São Paulo: USP (Tese de Doutorado).
- SILVA, R. R., FERREIRA, L. C. R. & CAILLAUX, E. L. (1988). A realidade do menor através das estatísticas. In: *A "infância pobre" no Brasil. Uma análise de literatura, da ação e das estatísticas*. Rio de Janeiro: IUPERJ (mimeo.).
- TOULIATOS, J., PERLMUTTER, B. F. & STRAUS, M. A. (1990). *Handbook of family measurements techniques*. Newbury Park Sage Publications.
- VALLADARES, L. P., ALVIM, M. R. B., RIZZINI, J. *et alii* (1988). *A "infância pobre" no Brasil. Uma análise de literatura, da ação e das estatísticas*. Rio de Janeiro: IUPERJ (mimeo.).
- UNICEF (1989). *Lineamentos para aplicación de la guía metodológica para el análisis de situación*. Bogotá.

# Metodologia



pesquisa foi realizada em Goiânia em 1990, e contou com a participação de educadores de rua, técnicos e assistentes sociais da Fundação de Promoção Social (FPS), instituição responsável pela política do Govern

no do Estado de Goiás para a área social, que vem trabalhando desde 1988 com menores em situação de risco. Sua familiaridade com o universo pesquisado foi de grande utilidade, não apenas fornecendo informações relevantes para o planejamento e desenvolvimento do estudo, como também pelo fato de terem acesso aos menores e suas famílias.

No que se refere aos menores de rua, é importante esclarecer que, em Goiânia, à época da pesquisa, a Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM) já havia sido extinta, passando todas as questões relativas àqueles meninos à responsabilidade do Programa de Apoio ao Menor da FPS. Para isto, o Programa conta com o Centro de Triagem Integrada (CETI), que analisa a situação de cada menor — trazido pela polícia, pelos pais ou por qualquer membro da comunidade — e o encaminha, se possível, de volta à família; se necessário, à Delegacia de Menores (no caso de infrações mais graves), ou lhe oferece os serviços do Programa, que incluem um albergue noturno e um centro de recreação e treinamento, ambos em regime aberto.

O estudo utilizou abordagens quantitativas e qualitativas. A análise quantitativa, objeto deste Capítulo... consistiu no levantamento de um grande número de variáveis através de entrevistas com 128 menores e suas respectivas famílias (N= 256). A parte qualitativa compreende uma análise sócio-antropológica (Capítulo 7) e uma análise psicossocial (Capítulo 6)

## Análise quantitativa

Segundo dados da Fundação, existiam em Goiânia, em novembro de 1989, 131 meninos de rua, dos quais 45 assistidos pelo Programa de Apoio ao Menor. Decidiu-se, então, trabalhar com esses 45 menores e suas famílias, planejando a amostra referente aos menores trabalhadores em função desse número. Entretanto, no decorrer do trabalho de campo, surgiram várias dificuldades. Alguns dos menores de rua cadastrados se recusaram a responder à entrevista, por desinteresse ou desconfiança. No que se refere às famílias, algumas haviam mudado de endereço e outras se recusaram a prestar informações, por receio de que isto as levasse a ter que assumir algum tipo de responsabilidade com relação ao menor. Diante da necessidade de completar o número de sujeitos inicialmente estipulado, os entrevistadores recorreram à ajuda dos meninos com os quais tinham mais contato. Estes indicaram, então, outros menores e acompanharam os entrevistadores, facilitando a abordagem.

Neste estudo, portanto, os meninos de rua são, em sua quase totalidade, membros dos “bandos” que habitam o centro da cidade ou, quando não, menores reconhecidos por estes como “iguais”, o que significa que moram na rua, tendo apenas eventual ou nenhum contato com suas famílias, além de não contarem regularmente com meios legais de sustento.

Quanto aos menores trabalhadores, a Fundação informou que prestava assistência a 486, dentre os que desenvolviam suas atividades no centro de Goiânia. Informou, ainda, haver distinções internas nesse grupo: os engraxates, vigias de carro e catadores de papel (N= 98), pela intermitência no exercício de suas atividades, estariam numa condição limítrofe entre trabalhadores e “de rua”; já os jornaleiros e vendedores ambulantes (N= 238), que atuam nos terminais rodoviários, e os carregadores de compras (N= 150), que trabalham nas feiras livres, teriam maior estabilidade na condição; estes últimos, porém, seriam provenientes de famílias de migração recente, às quais seriam muito ligados. Diante dessas informações, optamos por analisar separadamente esses três subgrupos.

Além desses menores “assistidos”, que desenvolvem suas atividades no centro da cidade, a FPS informou haver muitos outros que trabalham nas ruas dos bairros, aos quais ela não presta qualquer tipo de assistência. Esta circunstância, aliada ao fato de estarem distantes do centro — onde os riscos da rua são maiores — poderia implicar distinções entre eles e os outros menores trabalhadores, o que fez com que os incluíssemos na amostra como um terceiro grupo.

Para a seleção dos menores trabalhadores, utilizou-se um sistema de amostragem acidental, procurando os locais de concentração desses menores e entrevistando aqueles que se dispusessem a colaborar. Para a localização das famílias recorreu-se aos próprios menores, que forneceram os endereços.

Neste estudo, considerou-se como família o conjunto de pessoas que habitam o domicílio de origem do menor, sejam ou não ligados por laços de parentesco, desde que pertençam à mesma unidade econômica. Tal definição guarda certa semelhança com a adotada pelos Censos e PNADs, fontes de informações da maioria dos estudos sobre o assunto, o que facilita a comparação com alguns resultados desses estudos. Por outro lado, a forma como os dados foram coletados — registrando o grau de parentesco com o menor, bem como sua contribuição ou dependência da renda familiar — permite eliminar dificuldades de interpretação encontradas naqueles estudos.

Foram entrevistados 128 famílias e 128 menores. Destes, 42 são menores de rua, 46 são menores trabalhadores assistidos pela FPS e 40 são menores trabalhadores que exercem suas atividades nos bairros e não recebem assistência da Fundação. As mães constituíram a grande maioria dos respondentes pelo lado das famílias (67,7%), seguindo-se os irmãos (9,4%) e pais (7,1%). Quanto aos menores, 113 (88,3%) são meninos e 15 são meninas (11,7%). O reduzido número de me-

Tabela A-1

## Composição dos grupos por faixa etária

(%)

Idade	MR (N=42)	MTA1 (N=15)	MTA2 (N=16)	MTA3 (N=15)	MTNA	Total MT
0-7	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,6
7-14	35,0	26,7	86,7	64,3	64,3	60,5
14-18	65,0	73,3	13,3	35,7	35,7	39,5

MR	menor de rua
MTA	menor trabalhador assistido pela FPS
	MTA1 — engraxates, vigias de carro e catadores de papel
	MTA2 — vendedores ambulantes e jornaleiros
	MTA3 — carregadores de feira
MTNA	menor trabalhador não-assistido pela FPS (de bairro)

ninas localizadas não permitiu comparações por sexo entre os estratos. A idade dos menores varia de 6 a 17 anos. A composição dos grupos e subgrupos, divididos por faixa etária, é apresentada na Tabela A-1.

A decisão de apresentar os resultados sob forma de percentagens, embora possa sofrer restrições, - particularmente no que se refere aos subgrupos de menores trabalhadores, dado o pequeno número de componentes em cada um deles - teve por objetivo facilitar a comparação entre os grupos.

Dada a natureza das informações de interesse do estudo, elaborou-se, para a família, um roteiro de entrevista semi-estruturado, no qual, para cada item, havia uma parte pré-codificada, seguida de uma parte aberta, destinada a observações do entrevistador. Tais observações foram utilizadas para maior enriquecimento das respostas assinaladas, além de servir para codificação posterior de alternativas de resposta não previstas, sempre que a frequência de uma dada resposta justificava sua inclusão. Os itens, num total de 60, foram organizados em torno das sete categorias mencionadas na introdução deste Capítulo Perguntas abertas, referentes à percepção sobre as condições atuais de vida do menor, comparando-se à fase anterior, bem como indagações sobre os prováveis motivos da saída, foram incluídas no roteiro destas entrevistas, com um duplo objetivo: indicar aspectos a serem aprofundados na análise qualitativa e, ao mesmo tempo, complementá-las com informações provenientes de um grande número de sujeitos. Procurou-se, assim, aliar as vantagens do levantamento em larga escala à profundidade analítica exigida pela complexidade do tema.

As entrevistas com os menores incluíram apenas os itens referentes à estrutura familiar, trabalho e sustento e interação familiar, além das perguntas abertas.

Para a elaboração do roteiro, foi utilizada a literatura disponível sobre menores de rua e menores trabalhadores, com ênfase nos aspectos referentes à família. Dada a precariedade de dados sobre aspectos dinâmicos da organização familiar encontrada nessa literatura, recorremos também a estudos realizados em outras

áreas de conhecimento, que focalizam as relações entre aqueles aspectos e o desenvolvimento sócio-emocional das crianças, além de obras de referência sobre instrumentos de coleta de dados sobre família (por exemplo, o de Touliatos, Permuter & Straus, 1990).

A validade de conteúdo do instrumento foi atestada por três pesquisadores, com experiência na área e investigação pretendida, que o consideraram adequado aos objetivos.

Todos os entrevistadores, em número de 21 (7 sociólogos, 6 assistentes sociais, 1 economista e 7 universitários), pertenciam aos quadros da Fundação de Promoção Social. O treinamento desses entrevistadores esteve a cargo dos próprios pesquisadores. Inicialmente, procedeu-se à discussão dos itens do instrumento, esclarecendo dúvidas e incorporando sugestões julgadas pertinentes. Em seguida, passou-se à estimativa da fidedignidade do instrumento: os entrevistadores foram encaminhados, aos pares, para entrevistas com sujeitos pertencentes à mesma população, porém não incluídos na amostra da pesquisa. Durante a entrevista, cada um registrou independentemente as respostas, que foram posteriormente comparadas, indicando alto índice de concordância inter-entrevistadores.

## Análise qualitativa

A parte qualitativa do estudo compreende uma análise sócio-antropológica e uma análise psicossociológica. Esses dados foram coletados pelos próprios pesquisadores, através das seguintes estratégias:

1. *Histórias de vida.* Foram realizadas 20 entrevistas em profundidade (10 menores e respectivas famílias), tendo cada uma delas durado aproximadamente duas horas. A escolha dos entrevistados obedeceu aos seguintes critérios:

a) Subgrupo de menores de rua — oito entrevistas, isto é, quatro menores, sendo três meninos e uma menina, e respectivas famílias. Dos meninos en-

trevistados, um foi selecionado por sorteio, um escolhido por apresentar o maior número de ocorrências policiais e o outro por ser o mais jovem menino de rua. A menina foi escolhida entre as três que se dispuseram a colaborar, recaindo a preferência por aquela que se encontrava há mais tempo na rua (dez anos).

b) Subgrupo de menores trabalhadores assistidos pela FPS — oito entrevistas, com quatro menores e respectivas famílias. Neste subgrupo todos foram escolhidos por sorteio.

c) Subgrupo de menores trabalhadores não-assistidos — quatro entrevistas, dois menores e respectivas famílias. Neste caso foi elaborado um mapeamento da distribuição das feiras livres na cidade, sendo sorteados dois locais, nos quais foram realizadas várias entrevistas com os menores mais disponíveis. Entre estes, selecionou-se para o estudo em profundidade aqueles que aceitaram a visita dos pesquisadores às suas famílias.

2. *Perguntas abertas.* Informações relativas aos 256 sujeitos (128 menores e respectivas famílias) foram obtidas através de treze perguntas abertas incluídas no roteiro da entrevista utilizado na parte quantitativa.

3. *Análise documental.* As informações sobre os entrevistados e suas famílias foram complementadas utilizando prontuários e demais documentos existentes no Centro de Triagem Integrada — CETI — e nos demais estabelecimentos da Fundação da Promoção Social de Goiás.

4. *Plantão no CETI.* Durante um período de dez dias, cada membro da equipe de pesquisadores, num total de três, fez um plantão diário de duas horas no CETI. Neste local, para onde são encaminhados todos os menores recolhidos, geralmente pela polícia, entrevistaram-se diferentes atores envolvidos nas ocorrências, tais como: policiais, menores, vítimas de infrações cometidas por menores, pais ou responsáveis convocados pelo CETI, além de funcionários deste órgão.



# Anexo 2

## Comparação entre famílias de menores de rua e de menores trabalhadores

Categorias	Indicadores		Menor de Rua MR	Menores Trabalhadores (%)				Total
				Assistidos pela FPB			Não-assistidos	
				MTA1	MTA2	MTA3	MTNA	
Composição Familiar	Idade	0-7 anos	13,8	5,1	11,4	13,0	7,3	9,2
		7-14 anos	26,0	32,1	41,0	27,8	30,6	32,9
		14-18 anos	16,6	23,1	13,3	16,7	17,2	17,2
		18-40 anos	27,7	24,4	14,7	23,2	27,6	25,0
	Parentesco	Pai	11,1	9,0	10,8	10,2	12,9	10,7
		Mãe	16,2	14,1	14,7	13,9	16,4	14,8
		Irmãos	54,4	51,3	58,8	45,4	44,8	50,1
	Educação	Analfabeto	17,5	15,8	6,1	13,6	13,8	12,3
		Lê e escreve	10,7	19,7	18,2	11,7	4,5	13,5
		1º grau incomp.	48,6	53,9	60,6	58,3	70,1	60,7
	Situação de trabalho	Trabalhando	37,3	49,3	59,3	63,5	64,6	59,2
		Desempregado	16,6	24,7	8,8	13,5	10,8	14,5
		Nunca trabalhou	16,6	2,7	7,7	5,2	13,2	7,2
Participação no mercado	Pai	57,1	80,0	90,0	83,3	91,7	86,3	
	Mãe	67,9	63,6	69,2	66,7	45,5	61,3	
	Irmão	30,8	35,1	41,5	50,0	53,9	45,1	
Renda	Rendimento familiar <i>per capita</i>	Total	0,53	0,49	0,48	0,58	0,66	0,55
		Expurgada	0,51	0,41	0,35	0,53	0,46	0,44
Habitat	Moradia	Própria	65,8	84,6	50,0	60,0	65,0	65,8
		Alugada	13,2	7,7	6,3	6,7	12,5	8,3
		Cedida	13,2	7,7	18,8	0,0	17,5	11,0
		Invadida	7,9	0,0	25,0	33,4	5,0	15,8
	Área	Até 20 m²	33,3	8,3	26,7	46,7	32,5	28,6
		20-50 m²	33,3	66,7	40,0	46,7	45,0	49,6
		50 ou + m²	33,4	25,0	27,5	6,7	19,2	19,6
	Nº de cômodos	Até 2	35,1	23,1	20,0	50,0	15,4	27,1
		3	16,2	15,4	13,3	0,0	12,8	10,4
		4	18,9	38,5	33,3	21,4	23,1	29,1
Nº de moradores	Até 4	45,9	0,0	12,5	13,4	30,0	14,0	
	5	13,5	28,6	6,3	0,0	17,5	13,1	
	6	5,4	14,3	25,0	33,3	20,0	23,2	
	7	13,2	28,6	12,5	26,7	22,5	22,6	
Migração	Origem	Outro bairro	17,1	0,0	12,5	26,7	10,3	12,4
		Outro município	34,1	28,6	25,0	20,0	61,5	33,8
		Outra estado	39,0	71,4	31,3	53,3	17,9	43,5
Estrutura familiar	Estrutura (seg. a família)	Nuclear/Ampliada	48,8	57,1	62,6	40,0	55,3	53,8
		Desfeita	43,9	42,9	37,5	46,7	31,6	39,7
	Estrutura (seg. o menor)	Nuclear/Ampliada	42,5	33,4	60,0	42,9	61,9	49,6
		Desfeita	50,0	60,0	40,0	42,9	26,2	42,3
	Vínculo atual	Casamento	47,5	50,0	43,8	53,3	62,2	52,3
		Coabitação	32,5	14,3	37,5	26,7	24,3	25,7
Tempo de composição	3 a 5 anos	25,7	0,0	18,8	7,1	12,5	9,6	
	5 anos ou mais	60,0	81,8	75,0	92,9	80,0	82,4	
Nº de uniões	1ª união	51,2	57,1	56,3	50,0	65,0	57,1	
	2ª união	24,4	35,7	37,5	35,7	27,5	34,1	
Preocupação	Áreas	Relacionamentos	22,2	7,1	15,4	7,7	5,6	9,6
		Emprego	7,4	42,9	30,8	7,7	16,7	24,3
		Saúde	18,5	7,1	7,7	30,8	41,7	21,8
		Habitação	7,4	0,0	0,0	7,7	5,6	3,3
		Educação	11,1	21,4	38,5	38,5	19,4	29,5
	Segurança	29,6	21,4	7,7	7,7	8,3	11,3	
	Apoio	Núcleo familiar	71,8	53,8	56,3	46,7	71,8	57,2
		Parentes	12,8	15,4	18,8	6,7	15,4	14,1

## Comparação entre famílias de menores de rua e de menores trabalhadores

Cate go rias	Indicadores		Menor de Rua		Menores Trabalhadores (%)									
					Assistidos pela FPB						Não-assistidos		Total	
			MR		MTA1		MTA2		MTA3		MTNA			
			F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
S u s t e n t o	Responsável pelo sustento	Pai	39,3	34,4	14,3	26,7	62,5	71,4	46,7	35,7	60,5	61,9	44,9	55,0
		Mãe	46,4	48,3	42,8	46,7	25,0	21,4	13,3	42,9	15,8	21,4	23,7	33,1
		Irmão	10,7	6,9	28,6	13,3	6,3	0,0	0,0	0,0	5,3	4,8	10,2	4,5
	Contribuição do menor	Regular	4,9	12,5	35,7	53,3	87,5	60,0	80,0	92,9	57,5	69,0	65,2	68,8
		Eventual	14,4	30,0	57,1	40,0	12,5	20,0	13,3	7,1	25,0	16,7	27,0	21,1
		Nenhuma	78,0	57,5	7,1	6,7	0,0	20,0	6,7	0,0	17,5	14,3	7,8	10,3
	Afazeres domésticos *	Sim	63,4	82,5	78,6	46,7	93,7	96,7	80,0	71,4	82,5	88,1	83,7	68,2
I n t e r a ç ã o	Poder decisório Educação *	Pai	7,7	17,5	21,4	20,0	25,0	40,0	13,3	7,1	12,5	10,0	18,0	19,3
		Mãe	71,8	60,0	71,4	60,0	75,1	53,4	80,0	78,6	75,0	72,5	75,4	66,2
	Poder decisório Dinheiro *	Pai	5,1	21,1	15,4	13,3	25,0	20,0	6,7	14,3	12,5	19,1	14,9	16,7
		Mãe	38,5	47,4	69,2	26,7	68,8	80,0	86,7	64,3	50,0	38,1	68,7	52,3
		O menor	41,0	15,8	7,7	46,7	6,3	0,0	6,7	14,3	30,0	40,5	12,7	25,4
	Poder Decisório Punição *	Pai	24,4	35,0	14,2	26,7	12,5	26,7	20,0	14,2	12,5	35,9	14,9	25,9
		Mãe	61,0	50,0	78,6	46,7	87,6	66,7	66,7	64,3	65,0	51,3	74,5	57,3
	Tipo de Punição *	Verbal	61,0	32,5	71,4	71,4	56,3	80,0	66,7	57,1	72,2	64,1	66,7	68,2
		Castigo corporal	39,0	62,5	28,6	21,4	31,3	20,0	26,7	28,6	19,4	28,2	26,5	24,6
	Conversa *	Pai	7,7	5,1	21,4	0,0	18,8	40,0	13,3	14,3	7,5	12,5	16,3	15,6
		Mãe	58,9	69,2	64,3	93,3	81,3	53,4	66,7	71,4	65,0	75,0	69,3	68,3
	Ajuda *	Pai	10,2	5,3	7,1	6,7	18,8	20,0	21,4	14,3	10,3	26,8	14,4	17,0
		Mãe	58,9	44,7	57,1	73,3	75,1	60,0	71,4	64,3	64,1	48,8	67,0	61,7
Confiança *	Pai	2,6	2,6	0,0	6,7	12,5	26,7	6,7	7,1	7,7	14,6	6,7	13,8	
	Mãe	44,7	53,9	85,7	66,7	87,6	66,7	80,0	78,6	61,6	61,0	78,7	68,2	
Relacionamento pai *	Normal	21,4	25,0	57,1	20,0	75,0	66,7	46,7	50,0	57,5	65,9	59,1	50,7	
	Difícil	33,3	30,0	0,0	33,3	6,3	13,3	20,0	25,0	5,0	4,9	7,8	19,1	
	Não conhece	21,4	20,0	7,1	13,3	6,3	6,7	6,7	8,3	17,5	9,8	9,4	9,5	
	Sem relação	23,8	12,5	35,7	33,3	0,0	6,7	26,7	16,7	20,0	12,2	20,6	17,2	
Relacionamento mãe *	Normal	63,4	67,5	92,9	93,3	93,8	80,0	80,0	85,7	82,5	85,4	87,3	86,1	
	Difícil	9,8	20,0	7,1	0,0	0,0	13,3	6,7	0,0	2,5	4,9	4,1	4,6	
	Não conhece	4,9	2,5	0,0	0,0	6,3	0,0	6,7	7,1	5,0	0,0	4,5	1,8	
	Sem relação	19,5	7,5	0,0	0,0	0,0	6,7	6,7	0,0	10,0	7,3	4,2	3,5	
A P O s	Interrupção dos estudos	Antes	57,5	50,0	30,8	21,4	0,0	0,0	6,7	7,7	2,5	4,9	10,0	8,5
		Quando saiu	25,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	7,7	0,0	0,0	0,0	1,9
		Depois	2,5	12,5	15,4	21,4	0,0	0,0	13,3	0,0	7,5	2,4	9,0	6,0
S a í d a	Dificuldade na escola .	Aprendizagem	30,3	25,0	63,6	26,7	18,8	40,0	46,7	30,8	51,4	58,5	45,1	39,0
		Comportamento	54,5	44,4	18,2	13,4	12,5	20,0	6,7	23,1	18,9	12,2	14,2	17,2
	Convívio	Coabitação	9,8	7,5	92,9	86,7	100,0	100,0	93,3	92,3	97,5	100,0	95,9	94,8
		Regular	26,8	37,5	0,0	13,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	3,3
Eventual		46,3	40,0	7,1	0,0	0,0	0,0	6,7	7,7	2,5	0,0	4,1	1,9	
Relacionamento com os pais	Nenhum	17,1	15,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
	Piorou	26,3	20,5	14,3	6,7	6,3	0,0	6,7	0,0	5,1	4,9	8,7	2,9	
	Melhorou	23,7	51,3	57,1	60,0	56,3	60,0	60,0	46,2	59,0	56,1	58,1	55,6	
	Não mudou	50,0	28,2	28,6	33,3	37,5	40,0	33,3	53,8	35,9	39,0	33,8	41,6	

(\*) Para os menores de rua corresponde à situação anterior à saída de casa.

F: Resposta da família

M: Resposta do menor